

1 Aos 14 (quatorze) dias do mês de fevereiro de 2022, às 18 (dezoito) horas e 46 (quarenta  
2 e seis) minutos, instalou-se em plataforma virtual a reunião ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – CACS  
3 FUNDEB/BH, com a seguinte pauta: 1) Leitura e aprovação das atas das reuniões de  
4 14/12/21 e de 9/02/22; 2) Prestação de Contas – Exercício 2021. A reunião contou com a  
5 presença dos seguintes conselheiros: Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, Luiz Carlos Bit-  
6 tencourt Silva, Marcelino Cástulo Martins, Wagner Alves Pereira, Milton de Souza Júnior,  
7 Cristiane Kataline de Carvalho Fernandes, Geisiele Fidelis da Silva, Meriane Alves de Oli-  
8 veira, Alessandra Mariza Gomes Guimarães, Cristina Vieira Guimarães e Maria Cristina  
9 Silva. Justificaram suas ausências: Elizabeth Raidan e Maria do Carmo da Silva G. O. e  
10 Sousa. Contou-se, ainda, com as presenças de Alex Sandro da Silva Gomes, como convi-  
11 dado e de Vanessa Márcia da Cunha, como servidora de apoio ao Conselho. O Presidente  
12 Marcus Vinícius Lindenberg Fróes iniciou a assembleia saudando a todos. Ele solicitou a  
13 autorização para a gravação da reunião e propôs que a finalização da sessão plenária ocor-  
14 resse às 20 (vinte) horas e 15 (quinze) minutos devido ao atraso de seu início, ambos atra-  
15 vés de registro no *chat*. Em seguida, o presidente apresentou o Diretor de Planejamento,  
16 Orçamento e Finanças da SMED, o Sr. Alex Sandro da Silva Gomes; agradeceu a sua  
17 presença e passou a palavra a ele. Alex Sandro da Silva Gomes cumprimentou a todos e  
18 informou que enviou o material para a consulta, antecipadamente, ou seja, os extratos ban-  
19 cários, as cópias de documentos financeiros de todas as despesas feitas no ano de 2021,  
20 o acervo de documentos adicionais, os contratos e as contratações, a partir do mês de  
21 outubro de 2021. Ele explicou que, em tempos de trabalho presencial, toda a documentação  
22 – arquivo físico – ficava à disposição dos conselheiros na SMED (CACS FUNDEB). Neste  
23 ano de trabalho digital o arquivo foi enviado a todos os conselheiros por e-mail. Após, pas-  
24 sou à prestação de contas, exibindo o roteiro a ser abordado: 1) Saldo financeiro reprogra-  
25 mado para 2021 com a execução das despesas de janeiro a dezembro de 2021 e recursos  
26 repassados em atraso pelo Governo de Minas Gerais; 2) Apresentação das receitas; 3)  
27 Apresentação da execução das despesas. Ele iniciou a explanação – item 1 – informando  
28 que o saldo financeiro de 2020 no valor de R\$70.554.531,37 foi reprogramado para a exe-  
29 cução em 2021 e a sua utilização se deu no mês de fevereiro, com o pagamento dos pro-  
30 fissionais da educação. Quanto aos recursos repassados pelo Governo de Minas Gerais,  
31 em função da ocorrência de atraso em 2018, foi pago um valor de R\$97.583.119,68, em  
32 2021. A quantia de R\$45.217.972,75 já foi restituída (devolvida) à conta do município nos  
33 meses de maio e dezembro, restando o saldo a executar no valor de R\$52.365.146,93. Em  
34 relação às receitas do FUNDEB no ano de 2021 – item 2 – foi repassada a quantia de R\$  
35 1.093.082.516,90 com rendimentos financeiros de R\$12.708.804,55; perfazendo um total  
36 de R\$1.105.791.321,45. Os extratos bancários foram encaminhados ao CACS para a sua  
37 conferência. Quanto à realização das despesas com os recursos do FUNDEB, item 3, foram  
38 empenhados R\$917.978.287,04 com a folha de pessoal da educação – servidores das es-  
39 colas que se encontram na regência – e R\$879.490.104,17 com a folha de pessoal da edu-  
40 cação – servidores das escolas fora da regência –, considerados para a apuração no Sis-  
41 tema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE/FNDE); com per-  
42 centual de execução de 73,09%. A diferença na apuração dos valores foi explicada no ofício  
43 enviado a todos. Sobre as despesas de custeio, a partir do último trimestre de 2021, pelas  
44 características do ano e da arrecadação, houve contratações firmadas pela SMED com  
45 aporte de recursos do FUNDEB destinados a esses pagamentos para as escolas, a saber:  
46 Despesas com trabalhadores contratados pela MGS (porteiros, auxiliares, mecanógrafos  
47 etc) – R\$89.122.935,54; Prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica –  
48

49 R\$4.092.208,11; Prestação de serviços de instrução de LIBRAS – R\$1.144.404,90; Pres-  
50 tação de serviços de vigilância eletrônica (alarme sonoro) – R\$203.444,07; Prestação de  
51 serviços de locação de impressoras para a reprodução de material didático pedagógico –  
52 R\$1.081.065,07; Compra de equipamentos de informática (aquisição de microcomputado-  
53 res portáteis) – 16.993.646,95, totalizando o montante de R\$112.637.704,64 (em percent-  
54 tual, 9,36%). O valor total da execução (folha de pessoal das escolas + custeio) perfaz um  
55 quantitativo de R\$1.030.615.991,68. A respeito da realização de despesas da folha de pes-  
56 soal com os recursos do FUNDEB em 2021, por nível de ensino, a distribuição se deu da  
57 seguinte forma: R\$250.160.824,25 com o pessoal das escolas de Educação Infantil (EI),  
58 R\$648.601.154,39 com o pessoal das escolas de Ensino Fundamental (EF) e  
59 R\$19.216.308,40 com o pessoal das escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), to-  
60 talizando o valor de R\$917.978.287,04. Com relação à realização de despesas da folha de  
61 pessoal com os Recursos Ordinários do Tesouro (ROT) em 2021, por nível de ensino, os  
62 dados foram os seguintes: R\$105.801.380,69 com o pessoal das escolas de EI,  
63 R\$65.258.712,18 com o pessoal das escolas de EF, R\$1.334.669,46 com o pessoal das  
64 escolas de EJA e R\$52.962.715,84 com a Administração (pessoal da SMED e DIRES),  
65 ultimando um total de R\$225.357.478,17. Dado que a folha é maior que os recursos repas-  
66 sados pelo FUNDEB, há a necessidade de complementação com os recursos próprios do  
67 município. A realização da despesa total da Educação, ou seja, a folha de Pessoal efetivada  
68 com as duas fontes de recursos – Recursos do FUNDEB e Recursos Ordinários do Tesouro  
69 em 2021, por nível de ensino apresentou os seguintes dados: Educação Infantil –  
70 R\$355.962.204,94; Ensino Fundamental – R\$713.859.866,57; EJA – R\$20.550.977,86; Ad-  
71 ministração – R\$52.962.715,84; totalizando a quantia de R\$1.143.335.765,21. Apenas com  
72 os recursos próprios do município paga-se o pessoal da Administração (SMED e DIRES).  
73 Quanto à contribuição do município de Belo Horizonte para a formação do fundo consoli-  
74 dou-se a quantia de R\$552.311.132,97. A contribuição ainda é menor do que o recurso  
75 recebido pelo FUNDEB, isto é, o município recebe mais do que contribui. Isto se deve ao  
76 número de matrículas das redes própria e parceira. As matrículas da rede parceira são  
77 contabilizadas para o ingresso do recurso do FUNDEB. Considerando o total das 2 redes,  
78 este valor é elevado e positivo para o município. Para efeito de comparação, seguem os  
79 dados da realização das despesas de custeio com os Recursos Ordinários do Tesouro e  
80 com os Recursos do FUNDEB, em 2021: Contratos MGS – postos de trabalho para as  
81 escolas – R\$170.678.296,94 (valor dos recursos municipais), R\$89.122.935,54 (valor dos  
82 recursos do FUNDEB), totalizando R\$259.801.232,48, sendo o percentual de aplicação  
83 com os recursos do FUNDEB de 34,30%; Fornecimento de energia elétrica para as escolas  
84 – R\$3.341.003,80 (valor dos recursos municipais), R\$4.092.208,11 (valor dos recursos do  
85 FUNDEB), totalizando R\$7.433.211,91, sendo o percentual de aplicação com os recursos  
86 do FUNDEB de 55,05%; Prestação de serviços de instrução de LIBRAS para as escolas –  
87 R\$2.600.291,56 (valor dos recursos municipais), R\$1.144.404,90 (valor dos recursos do  
88 FUNDEB), totalizando R\$3.744.696,46, sendo o percentual de aplicação com os recursos  
89 do FUNDEB de 30,56%; Prestação de serviços de vigilância eletrônica para as escolas –  
90 R\$516.807,75 (valor dos recursos municipais), R\$203.444,07 (valor dos recursos do FUN-  
91 DEB), totalizando R\$720.251,82, sendo o percentual de aplicação com os recursos do FUN-  
92 DEB de 28,25%; Prestação de serviços de locação de impressoras para as escolas –  
93 R\$3.601.489,12 (valor dos recursos municipais), R\$1.081.065,07 (valor dos recursos do  
94 FUNDEB), totalizando R\$ 4.682.554,19, sendo o percentual de aplicação com os recursos  
95 do FUNDEB de 23,09%; Compra de equipamentos de informática para as escolas – R\$  
96 81.376.311,40 (valor dos recursos municipais), R\$16.993.646,95 (valor dos recursos do  
97 FUNDEB), totalizando R\$ 98.369.958,35, sendo o percentual de aplicação com os recursos  
98 do FUNDEB de 17,28%. Os valores totais foram: R\$262.114.200,57 (valor dos recursos  
99 municipais), R\$112.637.704,64 (valor dos recursos do FUNDEB), R\$374.751.905,21 (valor  
100 dos recursos municipais + recursos do FUNDEB) e total do percentual de aplicação com os

101 recursos do FUNDEB de 30,06%. Após a apresentação, abriu-se para os comentários, os  
102 questionamentos e os esclarecimentos dados pelo Diretor da SMED, a saber: A) Pergunta:  
103 Qual o saldo de 2021 foi transposto para o ano de 2022? Resposta: Esse valor de saldo na  
104 conta é objetivo de explicação dada ao FNDE que tem a ver com os recursos atrasados  
105 pelo governo de Minas Gerais (2018). Há a necessidade de se fazer uma tratativa especial  
106 no SIOPE (denominado de 'Caso Minas') porque os municípios que tiveram recurso atra-  
107 sado (2018) precisam demonstrar toda esta apuração separando as 2 fontes de recursos e  
108 inserindo uma série de justificativas nesse sistema. Para a finalidade do saldo remanes-  
109 cente em conta, estas informações misturam-se na base de dados e está sendo objeto de  
110 análise por parte dos técnicos do SIOPE. Enquanto não for analisado, compreendido e re-  
111 conhecido, o sistema entende que o município está com pendência e, assim, inadimplente.  
112 2) Pergunta: Ocorrendo a aprovação no SIOPE, esta situação poderá proporcionar qual  
113 condição jurídica para o município? Resposta: Está em curso. Estas informações que im-  
114 pactaram 2020, 2021 e impactarão 2022 é atípica; o sistema não prevê esta situação e, por  
115 este motivo, é tratada de maneira específica. Enquanto existir esta pendência, o município  
116 sofrerá sanção administrativa pela União. A resolução é uma questão de tempo, conside-  
117 rando que conversas estão sendo realizadas com os técnicos. Assim que a pendência for  
118 resolvida e considerada atendida, chegará para o conhecimento e a deliberação do presi-  
119 dente do CACS, que dará o parecer no Módulo Acompanhamento e Validação do SIOPE  
120 (MAVS), sistema que cruza as informações prestadas no SIOPE. 3) Comentário/Pergunta:  
121 o CACS FUNDEB recebeu uma demanda do SindREDE a respeito do rateio das sobras  
122 dos recursos do FUNDEB sob a forma de abono em alguns municípios e não em Belo  
123 Horizonte. Como não há a apuração deste superávit das contas de 2021 havendo a trans-  
124 posição para 2022, teria sido possível ocorrer esse pagamento do abono, como foi oficiado  
125 pelo SindREDE ao CACS? Ainda, esse abono seria possível, de forma retroativa, se hou-  
126 vesse um superávit? A consideração deve ser centrada na questão administrativa/contábil.  
127 Resposta: Muitos municípios, por características próprias de suas redes, tiveram a despesa  
128 com a folha menor do que nos anos tradicionais, o que abriu uma discussão neste sentido.  
129 Houve um triplo impacto: a arrecadação da receita foi maior, o comprometimento de des-  
130 pesas reais foi menor, em muitos casos, e a obrigatoriedade da aplicação mínima de 70%.  
131 Dentro deste cenário, a discussão foi de conceder o rateio de pagamento a mais sob a  
132 forma de abono para se conseguir atingir o percentual mínimo de 70%. O assunto "fervilhou"  
133 no ano passado devido a este emaranhado de situações. A lógica percentual que tem que  
134 ser apurada é de no mínimo 70% com o pessoal efetivo nas escolas. Em 2021, Belo Hori-  
135 zonte atingiu 73% de gastos dos recursos do FUNDEB independente de receita atrasada,  
136 o que foi demonstrado nas planilhas e nos documentos enviados. O gasto percentual foi  
137 atingido de acordo com a lei. 4) Pergunta: Na composição de pagamentos de todos os  
138 meses de 2022 haverá uma parcela do FUNDEB para as despesas com custeio? Resposta:  
139 Não necessariamente. O ano contábil/fiscal de 2021 ainda não acabou e planejamentos  
140 estão sendo estabelecidos para 2022. Não considera que esse volume de recursos seja  
141 aplicado com custeio em 2022. Estima que não terá este comportamento pela própria rea-  
142 lidade de haver atividade presencial nas escolas. 5) Pergunta: As despesas da rede par-  
143 ceira são as mesmas da rede municipal? Resposta: Não são as mesmas em termos de  
144 valores absolutos porque as características das redes própria e parceira são diferentes. Na  
145 rede parceira as instituições são privadas onde cada qual é responsável por suas despesas.  
146 O número de matrículas no tempo integral da rede própria e da rede parceira entra como  
147 base de receita para o município e a gestão é feita pela SMED. As despesas não são as  
148 mesmas por terem estruturas diferentes. 6) Comentário/Pergunta: Antigamente, as verbas  
149 do FUNDEB eram 100% utilizadas com o pagamento da folha da educação. Houve uma  
150 grande mudança relativa à utilização dessas verbas através do pagamento com custeio nos  
151 meses de outubro, novembro e dezembro. Assim sendo, é importante que seja criado em  
152 todas as escolas, pela SMED, um "ambiente de responsabilidade" para a utilização de todas

153 essas verbas. Todas as escolas possuem lâmpadas ecológicas? Seria possível construir  
154 uma política pública para diminuir o custo com a energia elétrica e, então, contribuir para  
155 um superávit no final do exercício? Quanto à locação de equipamentos de informática, qual  
156 é a situação atual da SMED para a digitalização de processos? A lógica da impressão ele-  
157 trônica evitaria a impressão de documentos. Se os professores possuíssem *tablets*, inclu-  
158 sive, poderiam fazer uso deles na realização da chamada dos estudantes. Tais situações  
159 apresentadas, chamadas de “provocações”, demonstram uma co-responsabilidade para a  
160 administração pública e uma responsabilidade para a administração pública. Acreditando-  
161 se na proatividade, este conselho deseja contribuir com o que for necessário, considerando  
162 o momento delicado vivenciado pelas finanças públicas. 7) Pergunta: Dentro da nova lei  
163 que estabelece um mínimo de 70% dos gastos com os trabalhadores em educação e que,  
164 até então, era utilizado em investimento específico com os trabalhadores na escola, foi re-  
165 quisitado em reunião anterior os valores específicos do magistério e os valores dos demais  
166 cargos lotados na escola. Isso foi apresentado com mais clareza? Resposta: Os valores  
167 absolutos foram apresentados e não os dados percentuais, que serão encaminhados ao  
168 CACS, posteriormente. A nova lei ampliou para 70% o percentual de gastos com o pessoal  
169 e diminuiu o percentual para outras despesas (para 30%). Na lei anterior já era prevista a  
170 execução das mesmas despesas com percentuais maiores (outras despesas com máximo  
171 de 40%). Com relação à otimização dos recursos, compartilha da opinião exposta. Acredita  
172 que cabe melhoria sempre. A SMED já está prevendo uma licitação para a substituição de  
173 lâmpadas e de reatores para as lâmpadas de LED nos prédios escolares, o que represen-  
174 tará um investimento maior agora, mas uma economia em escala na linha do tempo. Em  
175 relação à produção de materiais, ela foi elevada em 2021 em função da disponibilização de  
176 material didático pedagógico para os estudantes em suas casas. Não foi exatamente cópia  
177 de material administrativo das escolas; o maior volume foi de impressão de material peda-  
178 gógico. Porém, cabe uma conscientização e uma sensibilização para a melhoria de sua  
179 utilização. 8) Comentário: Uma educação voltada ao contexto digital com a inserção das  
180 novas tecnologias no ambiente educacional desde a tenra infância é uma mudança literal  
181 de paradigma. Em um curto espaço de tempo o material pedagógico impresso será supe-  
182 rado. Assim, crê-se que deva haver um investimento consistente na disponibilização de um  
183 equipamento por aluno para o seu acesso digital. Resposta: As questões expostas refletirão  
184 na questão ambiental, na economia de papel, o que deve ser discutido amplamente, pres-  
185 supondo uma avaliação mais global. A SMED está fazendo um investimento alto em equi-  
186 pamentos de informática, que vem de encontro com a preocupação de se fazer mais digi-  
187 talização e de tornar os espaços das escolas mais tecnológicos. Em seguida, o Presidente  
188 perguntou se havia mais algum questionamento a ser feito. Sem mais perguntas, deu-se  
189 início à votação a respeito da aprovação da prestação de contas do exercício 2021 e ele  
190 solicitou que os conselheiros registrassem no *chat* se: ‘aprovam ou desaprovam a presta-  
191 ção de contas referente ao ano de 2021, conforme apresentado e de acordo com os docu-  
192 mentos recebidos por meio do *Google drive*’. Obteve-se a aprovação da prestação de con-  
193 tas através de 6 (seis) votos e 1 (uma) abstenção. Ato contínuo, como conselheiro do Con-  
194 selho Municipal de Educação (CME/BH), o presidente informou que, no referido conselho,  
195 haverá a deliberação de uma reunião conjunta com o CACS FUNDEB programada para o  
196 mês de março com o objetivo de se discutir as questões do piso nacional do profissional do  
197 magistério e de se produzir um documento a ser encaminhado ao gabinete do prefeito para  
198 as devidas análises. Ele contou que seria uma experiência inédita para ambos os conselhos  
199 e que espera a aprovação do pleno para convidar todos a participarem deste momento  
200 importante para a educação pública de Belo Horizonte. Após, passou-se para o primeiro  
201 ponto da pauta e o presidente perguntou se havia alguma alteração a ser feita nas atas das  
202 reuniões de 14/12/21 e de 9/02/22, encaminhadas por e-mail. Não havendo alterações a  
203 fazer, as atas foram aprovadas. Às 20 (vinte) horas, o presidente agradeceu a presença de  
204 todos e deu por encerrada a reunião.